

ENTREVISTA

A Sociologia latino-americana entre os desafios da descolonização planetária e a reconstrução da utopia democrática¹

- Uma reflexão a partir da ALAS

Entrevista com **Paulo Henrique Martins**²

Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e Coordenador do Comitê Organizador do XXVIII Congresso da ALAS, a ser realizado em Recife-PE, de 6 a 11 de setembro de 2011

Por **Flavia Lessa de Barros**³

Flavia Lessa de Barros: Poderíamos iniciar com uma apresentação sobre a ALAS? O que é a ALAS, como foi o processo de sua constituição?

Paulo Henrique Martins: De fato, a pergunta é pertinente, pois embora a ALAS tenha 60 anos de existência, ela ainda é desconhecida para muitos cientistas sociais e sociólogos brasileiros, o que reflete a larga desinformação destes sobre a Sociologia latino-americana. Há necessidade de estudos mais específicos sobre a ALAS e o projeto de constituição de um pensamento latino-americano de base associativa e democrática,

¹ Entrevista publicada anteriormente na Série CEPPAC, nº 034, Brasília, 2011.

² Paulo Henrique Martins é Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne, Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bolsista-Pesquisador do CNPq. É Vice-Presidente da Associação MAUSS (*Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*) e Coordenador do Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (NUCEM) da UFPE.

³ É professora adjunta no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília e pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Globalização e Desenvolvimento (LEG) do Departamento de Antropologia/UnB.

para que possamos superar barreiras entre as sociologias de língua portuguesa e as de língua hispânica. Consequentemente, há limitações em termos de informação que devemos considerar e analisar como superá-las.

Propomos dois textos que podem ajudar os interessados a conhecerem um pouco mais a história da ALAS. Um é de autoria de José Vicente Tavares dos Santos e Maíra Baumgarten, intitulado “Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social”⁴. O outro texto é de Alejandro Blanco, intitulado “La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos”⁵. Em síntese, baseando-nos em informações fornecidas por estes autores lembrados, destacamos que a ALAS é a maior associação de Sociologia de caráter regional no mundo. Ela foi fundada em 1950, em Zurique, por um grupo de sociólogos latino-americanos reunidos por ocasião do Primeiro Congresso de Sociologia organizado pela Internacional Sociological Association (ISA). Entre seus membros fundadores destacamos Alfredo Poviña e Tecera del Franco (Argentina), José Arthur Rios (Brasil); Rafael Bernal Jiménez (Colômbia); Astolfo Tapia Moore e Marcos Goycoolea Cortés (Chile); Luis Bossano e Angel Modesto Paredes (Equador); Roberto MacLean Estenós (Peru) e Rafael Caldera (Venezuela). Em 1951, a ALAS realizou seu primeiro congresso, em Buenos Aires, que contou com a colaboração de sociólogos de toda a região. Desde então, passou a realizar um congresso regional a cada dois anos (Buenos Aires, 1951; Rio de Janeiro, 1953; Quito, 1955; Santiago do Chile, 1957, Montevideu, 1959; Caracas, 1961; e Bogotá, 1964) e promoveu com relativo êxito a criação de sociedades nacionais de Sociologia. No decorrer desses anos, a Associação manteve uma intensa atividade organizativa e, desta forma, conseguiu enraizar-se na região de maneira bastante significativa. Hoje, a ALAS tem se beneficiado muito dos avanços promovidos pela *internet* e por redes virtuais para ampliar sua base institucional com a criação do CIU (Conselho InterUniversitário) que reúne várias universidades da região. Também é de se destacar as iniciativas de criação do Boletim

⁴ TAVARES, José Vicente; BAUMGARTEN, Maíra. “Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social”. *Sociologias*. Porto Alegre, Ano 7 Nº 14, jul/dez 2005, pp.178-243. <http://www.alas.fsoc.uba.ar/pdf/institucional/tavares-dos-santos-por.pdf>.

⁵ BLANCO, Alejandro. “La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos”. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 7, Nº 14, jul/dez 2005, pp. 22-49). <http://www.sinteseeventos.com.br/alas/Blan7co.pdf>.

ALAS e da Revista Convergência que constituem veículos importantes na divulgação da produção científica da região.

Flavia Lessa de Barros: Quais são os objetivos do XXVIII Congresso da ALAS? E qual é o balanço atual sobre a região que os norteia?

Paulo Henrique Martins: Para responder a esta pergunta apresentamos a seguir o projeto básico do XXVIII Congresso, intitulado “Fronteiras Abertas da América Latina”, redigido por mim e por Rogério Medeiros, colega da UFPB, e aperfeiçoado por colegas sociólogos da UFPE, Eliane Veras e Remo Mutzemberg. Com base neste documento, destacamos que no ano de 2011 a ALAS completa 60 anos de existência na renovação contínua de seus congressos. Nesta trajetória, a ALAS constituiu-se numa referência estratégica para o pensamento crítico latino-americano e continua a sê-lo no momento presente. No século XXI, os desafios da América Latina e do Caribe na organização de um planeta mais equitativo, justo e plural vêm se ampliando, colocando-nos novos desafios. A crise global vem obrigando a América Latina a renovar sua compreensão sobre si mesma e sobre o mundo, sobretudo quando esta região passa a ser vista por forças progressistas, em nível mundial, como um *locus* renovador, por excelência, dos movimentos sociais, políticos, culturais e intelectuais. A América Latina é fonte de recursos naturais e ambientais fundamentais para a sobrevivência humana, o que é decisivo em uma conjuntura mundial de escassez de alimentos e fontes energéticas. Na mesma direção, o português e o espanhol constituem em conjunto as bases de uma importante comunidade linguística que ancora parte significativa da produção cultural mundial.

Há grandes desafios para se avançar numa práxis teórica renovadora que articule o pensamento e a ação com vistas à produção de um pensamento democrático e plural, contemplando o local, o nacional, o pós-nacional e o transnacional e suas metamorfoses. Entre as áreas a serem incorporadas ao pensamento latino-americano há de se ressaltar os estudos sobre as regiões da América Latina que ainda permanecem insuficientemente

discutidas, como o norte e o nordeste da América do Sul, entre outras. Essas regiões são palco de profundas transformações sócio-econômicas, culturais e ambientais com impacto sobre o conjunto da América Latina, e, igualmente, de importantes mobilizações políticas e intelectuais voltadas para questionar em profundidade as raízes das desigualdades e injustiças sociais em planos diversos: étnico, econômico, de gênero, geracional e religioso. Há de se interrogar e contrapor, pois, com certa urgência, os vários campos de saberes e experiências liberadoras que ocorrem dentro e fora dessas regiões latino-americanas.

A ideia de “fronteiras abertas” como mote do ALAS 2011 deve-se à premência da inserção na pauta de pesquisa e debate público de atores, práticas, instituições e saberes que evidenciam os limites dos nossos modelos analíticos. O propósito deste Congresso é consolidar, assim, os esforços de articulação realizados em encontros anteriores, em Buenos Aires, Guadalajara, Porto Alegre, Arequipa, Antígua, São Paulo, dentre outros, ampliando a construção do pensamento crítico latino-americano. Neste sentido, há que se favorecer parcerias e cooperações entre países e regiões nas quais vêm se desenvolvendo novos saberes e práticas comprometidos com a construção democrática numa gramática moral, na qual “bem viver” traduz-se no alcance de metas coletivas em torno da dignidade humana.

Flavia Lessa de Barros: E qual é a importância da realização de um congresso da ALAS no Brasil, numa capital nordestina como Recife?

Paulo Henrique Martins: Ainda conforme enfatizamos no projeto coletivo da ALAS, do qual sou um dos organizadores,

“... a escolha da cidade do Recife para a realização do XXVIII Congresso da ALAS “Fronteiras Abertas da América Latina”, em 2011, tem uma importância simbólica e estratégica particular. Recife é uma importante metrópole histórica e econômica cujas origens remontam aos primeiros séculos da colonização ibérica, mantendo-se, até hoje, como importante centro cultural e intelectual. Entre os principais intelectuais de ação que aqui desenvolveram parte significativa de suas obras estão Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre,

Josué de Castro, Paulo Freire e Celso Furtado. Do ponto de vista geopolítico, a localização da cidade do Recife possibilita-nos articular as diversas cidades do norte e nordeste brasileiro, desde Manaus até Salvador, que guardam as memórias da colonização e da luta anti-colonial. As lutas e mobilizações que ocorrem nessas áreas não se restringem a suas delimitações geográficas, mas se conectam com outras regiões do continente latino-americano. A questão amazônica, para tomar o exemplo de uma das grandes regiões latino-americanas, não é apenas brasileira, do mesmo modo que a questão ambiental do nordeste não toca apenas os estados desta região. As desigualdades sociais, os desequilíbrios ecológicos, a fome e a miséria assim como a presença dos movimentos sociais que combatem este estado de precariedade, refletem situações mais amplas que concernem cada país e cada região da América Latina e do Caribe...”

Flavia Lessa de Barros: Num balanço histórico, quais foram as principais conquistas e realizações da ALAS na afirmação de sua missão? E quais são hoje as principais iniciativas a serem assumidas com esta finalidade?

Paulo Henrique Martins: Como procuramos ressaltar anteriormente, a ALAS constitui, hoje, a maior associação regional do planeta. No último congresso, em Buenos Aires, houve mais de 5.300 inscritos e as inscrições de resumos para o congresso do Recife chegaram a quase 6.000. Estes dados estatísticos comprovam o interesse que a ALAS desperta nas comunidades científicas latino-americanas e internacionais no presente momento. Particularmente, devemos render homenagens a Alberto Bialakowsky, presidente da ALAS no período 2009-2011, que sempre defendeu a ALAS como um projeto associativo e amplamente integrativo, dando oportunidades a todos que estão buscando contribuir para a afirmação de uma Sociologia latino-americana democratizante e inclusiva. Devemos igualmente reconhecer em Alberto o esforço de ampliar a institucionalidade da ALAS mediante algumas ações apropriadas, como o Boletim ALAS, a Revista Convergência e o CIU (Conselho InterUniversitário).

Para todos os que pensam na ALAS com compromisso, e para os países que se candidatarem a assumi-la, o fundamental é buscar a consolidação da institucionalidade mínima construída, adaptando o ideal inclusivo da Associação às realidades culturais, históricas e institucionais dos países promotores, e fortalecendo-a com os novos recursos do mundo virtual.

Consideramos o critério de inclusão quantitativa dos dois últimos congressos importante, mas reconhecemos que dificilmente o mesmo pode ser repetido noutros países da região que possuem públicos acadêmicos muito menores que os do Brasil e da Argentina. Precisaremos exercitar em conjunto a criatividade acadêmica e a solidariedade institucional, de modo que os candidatos às próximas sedes da ALAS guardem este espírito inclusivo e participativo dos últimos congressos. Esta discussão é estratégica porque, inevitavelmente, outros países candidatos vão se confrontar com o peso do desempenho quantitativo dos congressos de Buenos Aires e de Recife. Mas afirmamos que isto não deve ser interpretado como um obstáculo para o desenvolvimento institucional da ALAS, ao contrário. Entendemos que o critério numérico é importante, mas não é decisivo.

Flavia Lessa de Barros:: O que seria decisivo em prol da força associativa da ALAS?

Paulo Henrique Martins: O fundamental é que os novos países organizadores dos congressos da ALAS assegurem ampla divulgação e inclusão de pesquisadores interessados em apresentar seus trabalhos como foi realizado nos dois últimos congressos, mas que busquem garantir, sobretudo, o espírito associativo que explica a força temporal da Associação ao longo de seus 60 anos de existência. A força associativa apenas se revela quando os participantes assumem as responsabilidades coletivas sobre esta comunidade de destino, passando a aparecer como sujeitos de um conhecimento reflexivo que se inspira em práticas democráticas. É justamente devido à valorização de seu espírito associativo que a ALAS tem contribuído de modo intermitente para a constituição de um pensamento crítico latino-americano. Prova disso é o fato de que ela é uma associação que circula regularmente entre o norte e o sul da América Latina, promovendo o diálogo e a cooperação entre os diversos atores de universidades, ONGs, governos e agências de apoio ao desenvolvimento regional.

Além do mais, vale sublinhar que a ALAS não se limita à realização de um congresso bianual, com objetivos restritos à circulação de *papers* e debates. Ao contrário, a ALAS se nutre de várias ações intermediárias, os “Pré-ALAS”, que ajudam a organizar os debates científicos por países e por temas, assim promovendo a

solidariedade associativa e a divulgação do grande encontro que ocorre no congresso bianual. Entre os anos de 2010 e 2011 foram realizados vários Pré-ALAS em diversos países do continente (México, Costa Rica, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil). Cada um deles constituiu uma experiência reflexiva decisiva para a grande cena do congresso bianual, onde tem lugar a formação do pensamento crítico latino-americano.

Flavia Lessa de Barros: Qual é a importância da ALAS hoje? Quais são os maiores desafios na agenda da ALAS, tendo em vista a história da Sociologia e de campos sociológicos na América Latina?

Paulo Henrique Martins: O mundo global coloca grandes desafios para a Sociologia na atualidade e a América Latina passa a ser vista como um laboratório privilegiado para os sociólogos refletirem sobre as grandes mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do planeta. Neste cenário, a ALAS tem um papel fundamental na orientação do debate acadêmico, tanto internamente ao campo, no apoio à renovação das universidades e atividades de pesquisa e ensino, como em suas relações externas, ou seja, propiciando a articulação entre o pensamento acadêmico e o pensamento ativista e prático, no continente e no plano internacional mais amplo. Por esta via, destacamos o potencial da ALAS na promoção da articulação de associações e de atores estratégicos dos “movimentos anti-sistêmicos”, se nos apoiamos em Immanuel Wallerstein⁶. Assim, há desafios significativos. Um deles é o de incrementar o intercâmbio entre centros de produção de saberes sociais e culturais dos países latino-americanos, superando o isolamento e a fragmentação, viabilizando uma crescente visibilidade da produção científica, bem como a articulação entre os atores críticos do capitalismo predador.

De fato, o modo como se constituíram os campos sociológicos na região sob orientação eurocêntrica durante a organização dos Estados nacionais, contribuiu para a hegemonia de um sistema de colonialidade de saberes que se reproduz pelo estabelecimento de relações hierárquicas entre intelectuais do Norte e do Sul. Ou seja, a

⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o conhecemos: Ciência Social para o século XXI*. Ed. REVAN, 2003.

formação da Sociologia no Sul se fez pela subalternização dos novos atores científicos aos ideais do pensamento eurocêntrico moderno que se inspira num certo dualismo metodológico, pelo qual homem e natureza são vistos como duas realidades substantivas antagônicas. Na prática, isto significou que os cientistas sociais das sociedades do Sul ficaram durante muito tempo prisioneiros de marcos interpretativos dualistas e insuficientes para uma leitura não-dualista das realidades complexas dos territórios não-europeus, como é o caso da América Latina. O reconhecimento destas limitações do pensamento eurocêntrico para o entendimento de realidades não-europeias apenas passou a ser compreendido em todo seu valor heurístico, agora, com a emergência da crítica descolonial.

A ALAS visa contribuir para a emergência deste novo pensamento, estimulando reflexões sobre experiências sociais limites. Isto tem ocorrido por meio de sua política de mobilização acadêmica intermitente, através de seu congresso bianual e de seus congressos intermediários, e do estímulo aos seus grupos de trabalho para se transformarem em redes de produção de conhecimentos que propiciem o surgimento de territórios transnacionais articulados. Mas iniciativas mais profundas ainda necessitam ser pensadas para o fortalecimento do modelo associativo e a desconstrução da colonização planetária. O congresso do Recife, baseado na ideia de “Fronteiras Abertas da América Latina”, vai nesta direção. Trata-se de um esforço coletivo e transterritorial, voltado para a superação da fragmentação dos campos de produção de saberes nacionais e intra-nacionais. Esse esforço visa favorecer novos espaços de diálogos transnacionais na América Latina, incluindo também reflexões numa perspectiva comparada com outros continentes como Europa, Ásia e África.

Flavia Lessa de Barros: Vamos então aprofundar um pouco mais nossa reflexão sobre a “Sociologia latino-americana”. Uma Sociologia “sobre” ou “da” América Latina não é sempre o mesmo que uma Sociologia “na” América Latina e tampouco uma “Sociologia latino-americana”. Em tese, seria possível diferenciar algumas perspectivas epistemológicas vinculadas a cada um de tais termos, ainda que todos possam igualmente compreender abordagens em escala regional, que transcendem referências e limites nacionais, nas suas várias dimensões. Dentre eles, o último, “Sociologia latino-americana” por invocar uma identidade própria da experiência do campo de

conhecimento na região, norteia uma alternativa de foco que vem se renovando em algumas reflexões e debates importantes em curso... Ao longo de seus 60 anos de existência, como a ALAS tem contribuído para a construção da Sociologia latino-americana? Quais seriam as principais características distintivas, os potenciais e fragilidades desta Sociologia?

Paulo Henrique Martins: Há várias questões embutidas nesta pergunta. Considerando os limites desta entrevista vou tentar respondê-las de modo integrado. Há diferenças sutis com relação às ideias de uma Sociologia “sobre” a América Latina, de uma Sociologia “da” América Latina e de uma Sociologia “na” América Latina.

Uma Sociologia “sobre” a América Latina sugere, no meu entender, a presença de um marco interpretativo externo que se aplica a uma realidade sócio-histórica específica, no caso a América Latina. Eu identificaria esta Sociologia com os dispositivos de produção do conhecimento tradicionais produzidos no Norte e exportados para o Sul. Penso que é isto que sempre foi feito durante a organização das faculdades e centros de pesquisas sociológicas na região, mediante uma metodologia voltada para replicar o pensamento sociológico desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX. A sociedade europeia inspirava os intelectuais e pensadores da América Latina e a superioridade cognitiva do pensamento eurocêntrico se fundava na ideia de que a busca de uma ciência universal sobre o homem tinha uma única origem possível, o Ocidentalismo, que deveria servir de modelo para as demais culturas e sociedades não-ocidentais.

O saber sociológico colonizador, inspirado na racionalidade instrumental moderna, tinha que sustentar o paradigma da universalidade do conhecimento científico de base eurocêntrica para poder apoiar a organização dos Estados nacionais e os imaginários desenvolvimentistas. No processo de difusão do conhecimento “universal” europeu, os grandes intelectuais do Norte, guiados pelos “clássicos”, agiram como legisladores, decretando os limites do que deveria ou não ser reproduzido no ensino e na pesquisa de Sociologia. Este problemático “universalismo” contribuiu também para o surgimento de gerações de mediadores periféricos responsáveis em assegurar a difusão do pensamento universalista eurocêntrico nas bordas do sistema-mundial e dentro das

sociedades nacionais, reproduzindo marcos teóricos externos sobre a realidade empírica dessas sociedades do Sul. Aliás, muitos desses sociólogos foram convidados pelos aparatos burocráticos nacionais para elaborar estratégias biopolíticas voltadas para a organização do Estado e das políticas públicas e para a classificação das populações e recursos naturais e culturais existentes.

Por outro lado, uma Sociologia “da” América Latina é perigosa, pois pode sugerir uma Sociologia original e desvinculada do pensamento sociológico europeu. Há autores que defendem esta ruptura epistemológica, como W. Mignolo⁷, mas esta não é uma tendência dominante, chegando mesmo a ser ingênua quando idealiza um pensamento latino-americano autonomizado e situado fora do complexo sistema-mundo da atualidade. Não é pela recusa radical da colonização do saber sociológico realizada nos últimos dois séculos que se resolve a colonialidade, mas pela busca da valorização da diversidade de saberes e do diálogo científico. Não se trata de jogar Marx, Weber e Durkheim na lata de lixo da ciência do Sul, mas de se refletir sobre como as limitações culturais e históricas destes pensadores implicam em limites epistemológicos, os quais devem ser considerados no momento em que se decide adotá-los como marcos interpretativos em outras realidades sociais e culturais. Enfim, a saída não passa por uma Sociologia universal que se aplicaria, igualmente, em todos os lugares sem considerações das particularidades, nem, no lado contrário, por uma Sociologia relativista, que negaria qualquer valor heurístico aos elementos universais na construção do debate sociológico.

Seguindo esta linha de reflexão, a ideia de uma Sociologia “na” América Latina é mais apropriada, na medida em que integra regionalmente a tradição sociológica europeia e norte-americana, sem cair no universalismo abstrato e descontextualizado e, tampouco, no relativismo cultural também descontextualizado. Uma Sociologia “na” América Latina compreende o trabalho de articulação de teorias e métodos a partir do objeto que se elege como central para a reflexão sociológica em certo momento e em certo lugar - e não em função de sua origem geográfica. Nesta perspectiva, um objeto como o desenvolvimento, por exemplo, necessariamente tem que ser apreendido numa

⁷ MIGNOLO, Walter. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. In: *Cadernos de Letras da UFF*, Nº 34, 2008, pp.287-324.

perspectiva comparada, evitando-se duas armadilhas: uma é a concepção do desenvolvimento como um processo histórico universal que se realiza independentemente dos fatores humanos e ambientais locais. A outra é a concepção do desenvolvimento simplesmente como uma realidade nacional ou local (por exemplo: o “desenvolvimento brasileiro” ou o “desenvolvimento japonês”), desconhecendo as interações entre sociedades e economias no sistema-mundo.

Ao buscarmos um olhar sociológico que não caia nas armadilhas nem do relativismo nem do universalismo, temos que enfrentar o desafio epistemológico relacionado à tradução de ideias e autores de um campo científico a outro. Outro desafio nesta direção é o de compreender o impacto das ideias e experiências do Sul sobre a organização da modernidade ocidental. Reconhece-se hoje que a modernidade é um processo de duas vias, implicando em uma significativa imbricação cultural entre as culturas do Norte e as culturas do Sul. Alguns autores demonstram essa questão, como Anibal Quijano, em *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*⁸ e Enrique Dussel, em *Europa, modernidade e eurocentrismo*⁹. Finalmente, é necessário assinalar que a produção intelectual moderna não se faz somente na academia. Há importantes movimentos intelectuais às margens dos campos acadêmicos, no interior da sociedade civil, nas Igrejas, nos sindicatos e nos movimentos de bairros, entre outros, que devem ser considerados.

Flavia Lessa de Barros: Há centros de “estudos latino-americanos” em diversos países, na Europa e na América do Norte, e também na Ásia e na África. Alguns existem há décadas, outros foram criados mais recentemente. No seu conjunto, temos então a América Latina concebida a partir de diversas culturas, diversos imaginários e linguagens. Qual a importância de tais iniciativas hoje? Quais seriam as principais semelhanças e diferenças nas abordagens entre estes centros e os centros latino-americanos da própria região? A visão mais ampla e profunda sobre programas (que implicam em representações) sobre a América Latina no mundo pode fortalecer a

⁸ QUIJANO, Anibal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” In: E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

⁹ DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: E. Lander (Org.) *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Sociologia na América Latina de algum modo? A ALAS tem alguma estratégia nessa direção?

Paulo Henrique Martins: Aqui também temos varias perguntas complexas reunidas e vou buscar respondê-las em conjunto, como na questão anterior. As indagações sobre se a América Latina é uma realidade substantiva ou não, se é um território geográfico ou não, se ela se constrói somente a partir dos olhares dos atores situados no seu território geográfico ou não, abrem muitas possibilidades de reflexões que são decisivas para se pensar grandes questões, como, por exemplo, as relacionadas ao “desenvolvimento” e à “democracia” como fenômenos que podem ser objetos de várias contextualizações. Este é um tema apaixonante: o de mapear os olhares diversos que se produzem sobre a América Latina desde dentro e desde fora da região. Quantos institutos e centros sobre América Latina existem no planeta? Quem são seus pesquisadores? O que pesquisam? Quem os financia?

Penso que aqui temos uma pauta de reflexões amplas e que compreendem uma perspectiva interessante, a saber, a de que a América Latina não encerra uma natureza substantiva criada desde uma historicidade interna e fechada, mas que se abre a diferentes hermenêuticas. Se os processos históricos ocorridos no território geográfico da chamada América Latina foram importantes ao longo dos séculos, o fato é que tais processos não bastam para justificar a América Latina como uma unidade fenomênica. O próprio termo “América Latina” é injusto por privilegiar a latinidade dos colonizadores e excluir o valor cultural dos povos que viviam nesta região ou que vieram de outras regiões como os povos africanos. Na verdade, o que chamamos de América Latina deveria ser entendido como uma experiência, ou melhor, conjuntos de experiências que conhecem diferentes leituras teóricas. Assim, o olhar da América Latina desde o cidadão que mora no Rio de Janeiro é diferente daquele que habita o planalto andino, que é diferente daquele que habita Cuba que é diferente daquele migrante que vive na Europa, que é diferente do pesquisador estrangeiro que estuda a América Latina desde outro continente.

Portanto, considerando a complexidade do desafio de se mapear cognitivamente a América Latina, entendemos que a iniciativa do mapeamento poderia ser deflagrada

por latino-americanos que vivem na região e, em particular, por pesquisadores dos centros que estudam a América Latina com sede nos países da região. Isto não significa que os pesquisadores que habitam a região têm um privilégio dado pela territorialidade geográfica para pensar a complexidade do fenômeno. Apenas estamos sugerindo que, na medida em que estes pesquisadores experimentam nos seus cotidianos a dramaticidade das transformações sociais e culturais, eles têm uma visão mais abrangente do conjunto de possibilidades das narrativas sobre a América Latina e da urgência de tais possibilidades do que, por exemplo, os pesquisadores que estão pensando a região desde fora. Pensamos, particularmente, que a sede da presidência da ALAS no Brasil entre 2011 e 2013 poderia ser um fator motivador para que os centros e institutos brasileiros dedicados ao estudo da região assumam um projeto integrado e interinstitucional de levantamento de tais centros e atores que pensam a América Latina, de modo a subsidiar os horizontes das Sociologias latino-americanas produzidas desde dentro e desde fora.

Um programa de pós-graduação como o do Ceppac/UnB, para o qual perspectivas comparadas e interdisciplinares são fundamentais na abordagem da América Latina - e das Américas em geral - poderia prestar grande contribuição no apoio a projetos de mapeamento dos centros que produzem a Sociologia latino-americana. Além dos centros e institutos já referidos, também é relevante se mapear as redes de pesquisadores internacionais e os cientistas sociais que estão elaborando políticas para a América Latina desde grandes agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, entre outras...

Flavia Lessa de Barros: Vamos retornar à ideia de “fronteiras abertas”, central na convocatória do próximo congresso da ALAS. A “abertura” refere-se tanto às “fronteiras internas”, entre os países latino-americanos, quanto às “fronteiras externas”, entre a América Latina e outras regiões, tendo-se em vista a natureza dos processos, dinâmicas e estruturas que são objeto da Sociologia, contemporaneamente, marcados em maior ou menor grau pela globalização. Pode-se diferenciar tendências nacionais (da

Sociologia de países latino-americanos, por exemplo, uma Sociologia brasileira, equatoriana ou mexicana) que sejam significativas em ambas direções – fronteiras internas e externas? Quais seriam estas, quais suas principais características e importância?

Paulo Henrique Martins: Há várias fronteiras - culturais, institucionais, ideológicas e simbólicas - na construção da Sociologia latino-americana. Há as fronteiras ideológicas tradicionais produzidas a partir dos impactos dos pensamentos marxistas, liberais, positivistas e funcionalistas organizados pelo eurocentrismo, sobre o entendimento da América Latina. Aqui, o que se observa é que o olhar eurocêntrico - independentemente da classificação de esquerda ou de direita - se impõe sobre as margens, aniquilando o valor da experiência singular e própria. Aqui, as utopias modernas nascidas do industrialismo buscam se estender por cima das utopias das margens, para produzir consensos uniformizados e universalistas. Tais tendências do pensamento eurocêntrico conheceram inflexões e adaptações relevantes para dar conta das particularidades culturais, religiosas, étnicas e históricas das populações regionais, como observamos nas obras de Mariátegui, no Peru, de Fernando Ortiz, em Cuba; de Fazborda, na Colômbia; de Gino Germani, na Argentina ou de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, no Brasil.

Ao lado das fronteiras ideológicas, podemos também nos referir às várias fronteiras culturais produzidas pelas particularidades das diferentes comunidades de origem ou de destino que existem no continente americano, as quais durante muito tempo foram negadas pelo eurocentrismo. Recentemente, desde o avanço da crítica descolonial, elas vêm emergindo, permitindo entrever-se a diversidade da riqueza do patrimônio histórico e cultural da humanidade nos vários recantos desta região do globo. Consequentemente, estão sendo desenvolvidas pesquisas importantes nas sociedades onde há presenças fortes de comunidades indígenas como Peru, Bolívia, Equador, Guatemala e México. Tais pesquisas estão voltadas para a valorização da contribuição de culturas tradicionais como aquelas ligadas às comunidades aymara, quéchua ou maia entre outros, para se repensar outros modelos de desenvolvimento que liberem o homem da escravidão da lógica utilitarista e mercadológica. Estas revalorizações propiciam importantes propostas para os movimentos sociais e políticos

como são a utopia do “bem viver” e a do “Estado plurinacional” na Bolívia, ou o resgate do movimento maia, na Guatemala. Citamos as tradições indígenas, mas poderíamos elencar muitas outras: aquelas ligadas às experiências afro-descendentes, às economias plurais, às diversidades culturais, como festas e ritos que evidenciam a diversidade de experiências limites nas margens do sistema-mundo.

Há, ainda, as fronteiras institucionais derivadas das modalidades de organização dos sistemas universitários. No século XX, influenciadas pelo eurocentrismo, estas fronteiras produziram universidades de elites científicas nacionais e produtoras de saberes altamente especializados e isolados. Uma característica interessante destes saberes especializados das margens colonizadas é que eles são gerados mais para a obtenção de méritos intra-acadêmicos e com pouco valor social. Com o avanço da crítica descolonial, as fronteiras institucionais se abrem para uma hermenêutica importante, que ultrapassa o plano dos territórios nacionais para impor debates transnacionais. Nesta ampliação das fronteiras, a academia passa a discutir a natureza da universidade e seus rumos. Há aqui muitos pontos a serem discutidos. Um deles é o das missões de universidades públicas, privadas e filantrópicas de modo que fique mais claro a que público cada uma se destina. Há que se discutir também a relação entre saber científico e saber comum, saber do mundo da vida. Temos que indagar, por exemplo, se os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil estão contribuindo para a geração de saberes implicados com a equidade e justiça social ou não. Pois se os critérios baseados no produtivismo apenas se preocupam com os quantitativos e se descuidam da valorização dos usos sociais da produção acadêmica, então precisamos discutir com urgência as bases do utilitarismo econômico na academia.

Finalmente, podemos falar das fronteiras simbólicas que são produzidas pela superação do território geográfico nacional. As fronteiras simbólicas tornam-se referência para se pensar a Sociologia na América Latina em prol da valorização das fronteiras pós-geográficas e transnacionais, as quais envolvem vários espaços de produção do conhecimento e são movidas por novos atores e mediadores, pelos

“intérpretes das culturas”, dos quais nos fala Zigmunt Bauman, em *Legisladores e Intérpretes* ¹⁰.

Flavia Lessa de Barros:: Por outro lado, para além da percepção da abertura de fronteiras, que termina sendo reconstitutiva dos objetos de análise, alguns, como você, também pleiteiam a abertura das fronteiras da própria Sociologia, para uma “nova Sociologia de fronteiras”, especialmente na relação Norte-Sul, entre uma “Sociologia do Norte” e uma “Sociologia do Sul”. Nessa perspectiva, uma “Sociologia transnacional” daí resultante seria mais eficaz que uma suposta Sociologia universal, baseada no modelo eurocêntrico, na medida em que resgata uma possível diversidade de identidades, mas articulando-as numa correlação menos assimétrica? Quais as propostas e principais tópicos para a ampliação de um diálogo Sul-Norte no campo da Sociologia? Quais as principais rupturas e complementaridades envolvidas nessa agenda e por meio de quais interlocutores? Quais as perspectivas de estratégia política da ALAS nesse sentido? E como lidar em tal cenário com os “imperativos institucionais” que condicionam o campo?

Paulo Henrique Martins: A ideia de uma Sociologia de fronteiras vem sendo defendida por autores favoráveis a um pensamento pós-colonial, como é o caso de Boaventura Sousa Santos, em trabalhos como *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, por exemplo, que envolvem reflexões sobre o desperdício da experiência na modernidade ocidental ¹¹. Para Santos, as fronteiras ou margens do sistema mundial são espaços mais abertos para se recriar novos pensamentos liberatórios, o que é particularmente relevante num contexto de esgotamento das forças expansivas da modernidade europeia. O debate entre o pensamento do Norte e o pensamento do Sul está inserido no debate das sociologias das fronteiras, apontando para uma divisão que tem mais caráter simbólico e político que geográfico. De fato, se diz um “pensamento do Norte” aquele que situa a experiência europeia como sendo

¹⁰ BAUMAN, Zigmunt. *Legisladores e Intérpretes*. Rio: Zahar, 2010.

¹¹ SANTOS, Boaventura Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Ed. Cortez, 6ª edição, 2007.

cognitivamente superior às demais experiências culturais e intelectuais do planeta, isto é, das demais sociedades não-europeias. Usa-se a expressão “pensamento do Sul”, no lado contrário, para se dar conta do conjunto de reflexões que vêm sendo produzidas desde as sociedades não-europeias. Reflexões que questionam a legitimidade desta hierarquia cognitiva tradicional presente no desenvolvimento da Sociologia e colocam o eurocentrismo e sua variável norte-americana como superiores aos pensamentos não-europeus.

Aprofundando um pouco mais este argumento, o pensamento do Sul avança numa fórmula nova que é baseada em duas perspectivas:

A primeira refere-se à inexistência de um centro privilegiado de produção de conhecimento sobre a sociedade humana; aqui, o fato de o imperialismo ter um centro (econômico, militar e político) não significa que os demais centros históricos tradicionais que já existiam antes da Europa deixaram de existir e, por outro lado, que novos centros não possam emergir. Se o imperialismo é produto de uma margem (a Europa) que se tornou centro entre os séculos XVI e XIX, também devemos considerar que outros centros se mantêm vivos nas margens do imperialismo. Os problemas enormes enfrentados pelos Estados Unidos no Vietnã, no Afeganistão e no Iraque são provas incontestes do que estamos considerando.

A segunda perspectiva refere-se ao fato de que o pensamento do Sul avança na perspectiva de organização de espaços transnacionais, por se constituir desde o reconhecimento da pluralidade de margens que se tornam centros peculiares. Estes, sem negar o valor dos espaços nacionais, passam a servir como suporte epistêmico para o nascimento de importantes redes sociais e movimentos globais como as diásporas, os foros sociais transnacionais e as grandes mobilizações urbanas que apontam para uma nova consciência cidadã e que não se limitam mais aos direitos republicanistas. Ou seja, tais fenômenos sociais transnacionais permitem vislumbrar a emergência de novos direitos que ressaltam a vida, a singularidade e a pluralidade cultural, redefinindo o direito privado - dominante no republicanismo liberal - no interior de uma compreensão mais ampla do direito público. Vale ressaltar que a nova constituição equatoriana introduz a ideia do direito da Natureza ao lado do direito do Homem, o que tem impactos importantes para a superação do dilema eurocêntrico entre Cultura e Natureza.

Flavia Lessa de Barros: Na perspectiva da ALAS e de sua agenda, a Sociologia tem uma função social e política na América Latina hoje? Há alguma diferença relevante, alguma proposta inovadora nesse sentido desde as últimas décadas?

Paulo Henrique Martins: A ALAS é uma associação bastante peculiar, pois não é pessoa jurídica, não tem recursos próprios, nem corpo administrativo, diferentemente de outras associações acadêmicas, como, por exemplo, a Latin American Studies Association (LASA). Por isso, é curioso nos perguntarmos como a ALAS consegue manter-se viva e atuante ao longo de 60 anos de existência. Para nós, tal entendimento está necessariamente ligado ao que consideramos o seu lado virtuoso: a pouca institucionalidade da ALAS permite que ela funcione como uma experiência associativa com larga margem de espontaneidade e de responsabilidade mutuamente compartilhada. Ou seja, na medida em que a ALAS não é uma pessoa jurídica, ela pode circular mais espontaneamente entre diversas comunidades científicas nacionais que passam a assumir integralmente as responsabilidades e riscos da realização de seu congresso bianual. Esta experiência fortalece consequentemente o laço associativo dos seus “associados” e o surgimento de redes interativas. Há de se ressaltar, também, que devido à sua baixa institucionalidade, os seus grupos de trabalho constituem as referências centrais de sua memória histórica. Por isso, é tão complexo todo o trabalho de extinguir, criar ou renovar os grupos de trabalho da ALAS...

Respondendo à pergunta, eu diria então que a ALAS é um *locus* privilegiado para se pensar a função social e política da Sociologia, hoje. Sua proposta inovadora, no meu entender, é a de valorizar algo muito importante para a democratização do saber, que é a perspectiva da vida associativa. Neste sentido, a ALAS se diferencia de muitas outras associações acadêmicas que, ao buscarem o conforto da certeza material, se tornaram entidades com fortes componentes corporativos e burocráticos.

Flavia Lessa de Barros:: Quais os potenciais e desafios de uma “Sociologia engajada” numa região como a América Latina, com as características e tendências até aqui referidas? Como conceber a relação entre ciência e política a partir da Sociologia latino-americana hoje? Há alguma particularidade mais significativa da parte desta que contribua para as reflexões mais gerais a respeito desta relação?

Paulo Henrique Martins: O problema da colonialidade do saber é que a adoção de teorias e crenças teóricas eurocêntricas para a análise de distintas realidades históricas sem considerações sobre suas peculiaridades sociais e culturais contribui para desvalorizar as experiências dos cotidianos locais. Tal prática contribui igualmente para a fetichização de saberes produzidos em outras realidades, alienando os atores intelectuais, políticos e ativistas que pensam a democracia, a cidadania e a justiça social. O exemplo clássico do efeito ideológico devastador da colonialidade do saber é a adoção do imaginário do crescimento econômico como sendo uma condição essencial e primeira para se pensar o desenvolvimento social nos países não-europeus. Assim, as políticas desenvolvimentistas utilitaristas inspiradas no capitalismo de mercado causaram efeitos devastadores no século XX a nível planetário: a destruição do meio ambiente, a produção de desigualdades e exclusões; o surgimento de violências epidêmicas e a desorganização das práticas culturais das comunidades tradicionais, entre tantos outros.

Por outro lado, a superação da colonialidade do saber implica em se pensar o papel da universidade na produção de ideias voltadas para a articulação do saber especializado e do saber comum e na formação de quadros que sejam mediadores eficazes nos trabalhos de tradução de crenças e experiências entre diversas realidades culturais. A superação da colonialidade do saber exige a eliminação do fosso entre saber especializado e saber comum de modo a se avançar em saberes compartilhados que espelhem a complexidade do mundo da vida, mas que favoreçam reflexões críticas sobre este, de modo a favorecer ações públicas ou privadas voltadas para a maior inclusão social, com justiça cognitiva e moral.

Flavia Lessa de Barros: Vamos especificar um pouco essa reflexão. Alguns críticos, inclusive cientistas sociais, consideram que as abordagens pós-coloniais e descoloniais implicaram numa politização ou numa ideologização explícita, não apenas nas Ciências Sociais, mas também noutras áreas. Segundo os mesmos, isso seria ainda mais acentuado do que no passado, como na ocasião da emergência dos então denominados “novos movimentos sociais”, em que as abordagens e agendas da Sociologia na América Latina teriam sido colonizadas pelos seus próprios objetos...

Paulo Henrique Martins: As afirmações de tais críticos são absurdas, pois desconsideram o sentido fundamental da Sociologia na sua origem. A Sociologia nasceu como um projeto de crítica teórica, moral e política ao plano da economia utilitarista clássica de reduzir o ser humano a esta figura simplificada e desumana que é a do *homo economicus* de Adam Smith, Jeremy Bentham e outros. Na fundação da Física Social encontramos o esforço de Augusto Comte de demonstrar a complexidade do ser humano como um *homo sociologicus* que reconhece o valor da dimensão econômica para a sociedade humana, mas que a limita dentro de uma perspectiva mais ampla que traz a política e o afeto. No templo que Augusto Comte fundou no bairro do Marais em Paris pode-se ler o seguinte lema: “Amor, Ordem e Progresso”. Com o Amor ele chamava a atenção sobre a importância das solidariedades entre os homens (elementos afetivos e morais), com a Ordem, ele lembrava o valor de se criar consensos intencionais (o Estado e a política) e com o Progresso ele sinalizava para o valor do trabalho e do bem estar (elemento econômico). Desde Comte e passando por todas as tradições posteriores, a Sociologia sempre lutou para manter este entendimento ampliado da natureza social do Homem.

Na América Latina, a Sociologia inspirou as lutas libertárias, os movimentos sociais, mas também a constituição dos Estados Nacionais, as políticas públicas e mesmos os corpos burocráticos - no caso, a Sociologia positivista. O problema atual da Sociologia, como observa Alain Caillé, em *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*¹², é que ela não sabe como lidar com o fenômeno do “desencastramento” da economia com relação à política - fato revelado por Karl Polanyi - e, em particular, com a

¹² CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

incapacidade dos Estados nacionais de manterem dispositivos de regulamentação eficazes da economia de mercado internacionalizada. A dificuldade da Sociologia para guardar sua natureza crítica está se agravando com a penetração dos valores utilitaristas e economicistas no universo acadêmico, o que vem influenciando os sistemas de avaliação científicos em benefício de lógicas produtivistas que contribuem para distanciar ainda mais a Sociologia dos motivos humanistas e libertários que estão nas suas origens.

Flavia Lessa de Barros: Com base nesses princípios e críticas, quais seriam as principais referências e marcos interpretativos para a análise dos processos de desenvolvimento e democratização na região a partir da ALAS?

Paulo Henrique Martins: Para resgatarmos a relação entre desenvolvimento e democratização é necessário, primeiramente, se rever a tese reducionista e economicista que submete a ideia de desenvolvimento social a crescimento econômico ilimitado e realizado a qualquer preço, inclusive em detrimento da dignidade humana. As críticas e reações dos movimentos sociais e culturais às práticas predatórias das políticas de crescimento econômico avançam nesta direção. Por outro lado, é necessário destacar que as perspectivas para se repensar o desenvolvimento desde os valores democráticos e humanos é uma tarefa bastante complexa na atual conjuntura em que os partidos da esquerda democrática, as ONGs e lideranças e intelectuais de esquerda não conseguem estabelecer uma plataforma ideológica alternativa, não conseguem fixar as bases de uma nova utopia social que seja mais generosa e solidária nas perspectivas econômica, política e cultural.

Nesta ótica, uma entidade como a ALAS assume uma importância estratégica, na medida em que permite mobilizar atores acadêmicos de diversos países e áreas do conhecimento, muitos dos quais mantêm estreitos laços com os movimentos e redes sociais mais comprometidos na organização de uma nova práxis teórica na região. A utopia do “bem viver” difundida pelo pensamento aymara do altiplano boliviano é exemplo de possibilidades que se abrem para a configuração de novos imaginários sociais e históricos.

Flavia Lessa de Barros:: Há já uma certa tradição de debate sobre os papéis e as relações entre as ciências sociais acadêmicas e as ciências sociais aplicadas, especialmente nos Estados Unidos e, mais recentemente, em alguma medida, também em alguns países europeus. Todavia, ainda não se observa um debate correspondente significativo na América Latina, especialmente no que diz respeito à Sociologia, apesar da crescente participação de cientistas sociais em diversas áreas de políticas, em setores governamentais e privados, em vários países na região. Qual é a importância e necessidade de debate entre ciências sociais acadêmicas e as ciências sociais aplicadas na América Latina hoje? Quais as perspectivas, quais as metas nesse sentido, considerando-se as atuais tendências de transformação sócio-político-cultural?

Paulo Henrique Martins: As traduções do termo “ciência social aplicada” não são exatamente as mesmas quando pensamos, por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa, em particular na França, a ideia de “Sociologia aplicada” está próxima daquela de “Sociologia militante” ou de uma “Sociologia de uso social” como vemos em Marx, Weber, Durkheim, Simmel entre outros. Nos Estados Unidos, a ideia de uma “Sociologia aplicada” ganhou uma conotação um pouco diferente com a emergência da “Sociologia prática” que se difundiu, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1950 naquele país, por estímulos de agências privadas que precisavam aplicar *surveys* para detectar tendências de consumidores, de oportunidades de investimentos, de avaliações de projetos, entre outros fins relacionados. Esta Sociologia aplicada teve impacto diferenciado nos países latino-americanos. Nas décadas de 1980 e 1990, ela foi a base do desenvolvimento de várias organizações não-governamentais voltadas para pesquisas e avaliações e que se beneficiaram de recursos de agências estatais, privadas e religiosas para desenvolverem pesquisas e ações sociais que evidenciam a força da Sociologia aplicada. Por outro lado, a Sociologia teórica e acadêmica, especialmente quando pensamos no Brasil, sempre teve uma relação ambígua com a Sociologia aplicada. Na década de 1970, muitos departamentos de Sociologia e sociólogos trabalharam para agências de desenvolvimento e órgãos de regulação estatal nesta

perspectiva de aplicação da Sociologia a demandas concretas de setores públicos e privados. Mas, em geral, a Sociologia acadêmica, ciosa da necessidade de se preservar o cientificismo sociológico, manteve-se cética quanto a uma relação mais estreita entre ciência e aplicação imediata e conjuntural dos saberes acadêmicos.

Contudo, vale notar que as Ciências Sociais, em geral, e a Sociologia, em particular, estão conhecendo dificuldades significativas de legitimação devido à defasagem dos saberes científicos nestas áreas em relação à complexidade da vida social. Esta crise da Sociologia se agrava pelo fato da pedagogia do ensino não ter compromisso nem com a responsabilização dos estudantes na produção do conhecimento, nem com os usos práticos do saber sociológico na mudança social.

Nesse contexto, a crítica pós-colonial, e, especialmente, a crítica descolonial (que busca desconstruir a falácia da superioridade cognitiva do eurocentrismo) estão avançando em vários aspectos, especialmente no redimensionamento da importância da pluralidade de centros de produção de conhecimento, na valorização do saber tradicional e comunitário; na valorização da experiência intelectual ancorada numa prática reflexiva e na promoção de um saber científico organicamente articulado com a práxis. O avanço de tais críticas também é relevante no tocante ao redimensionamento dos compromissos da Ciência com a Política, e, em particular, com modelos de vida social que valorizem o pluralismo, a diferença, a justiça igualitária e o “bem viver” como práxis voltada para articular o ser humano e o meio ambiente cósmico e cultural, na linha do que explorei anteriormente. Certamente, a crítica descolonial não constitui o pensamento hegemônico e é muito preocupante observarmos o avanço da doutrina neoliberal em outros campos, como os do Estado e dos sistemas partidários, corrompendo valores coletivos e cidadãos, e pervertendo o caráter moral dos indivíduos, como nos lembra Richard Sennet em *A corrosão do caráter*¹³.

Por outro lado, não é demais enfatizar que a ALAS é uma associação de profissionais da Sociologia e não uma agência de formação de quadros profissionais. Certamente, o debate acadêmico é fundamental para a formação dos quadros de cientistas sociais, mas não cabe à ALAS intervir em ambientes militantes ou outros. Claro, isto não impede que muitos colegas da ALAS tenham compromissos teóricos e

¹³ SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Ed. Record, 2004.

práticos com movimentos sociais e partidos de esquerda compromissados com a luta democrática...

Flavia Lessa de Barros: Para encerrarmos, você gostaria de acrescentar algo que tenha a ver com outras reflexões importantes relacionadas aos temas aqui tratados?

Paulo Henrique Martins: Sim, gostaria de chamar a atenção sobre a necessidade de os sociólogos se dedicarem mais seriamente à compreensão crítica das naturezas e modos de expansão de duas graves patologias produzidas pelo neoliberalismo nos sistemas organizacionais, inclusive o universitário, e no “mundo da vida”, corroendo seriamente toda a base da vida social e histórica construída pelos seres humanos até o momento. Uma dessas patologias tem caráter cultural e a outra, caráter moral. O nome da patologia cultural é *conformismo* e o nome da patologia moral é *corrupção*. Tais patologias emergem como fatos sociais que não podem ser explicados pela Sociologia clássica moderna, que partia do princípio de que os seres humanos seriam sempre indivíduos instrumentalmente racionais e que possuiriam uma inclinação natural para organizar regras e propor soluções que, no final das contas, e apesar de tudo, teriam uma dimensão moral coletiva oculta.

Nesta perspectiva, a proposição do pensamento liberal de que a liberdade do indivíduo é mais importante que a obrigação coletiva não significava que o liberalismo fosse contra a presença de regras coletivas que preservassem os interesses de todos. Se não fosse assim, teríamos que aceitar a tese de que o republicanismo seria uma anomalia institucional e que ameaçaria o liberalismo, o que é falso. Na verdade, ambos se complementam: o modelo republicano considera que o valor do bem público deve estar atrelado à liberdade dos indivíduos de construírem consensos coletivos em favor da construção de espaços compartilhados que passam a ser chamados de públicos. E, em última instância, o republicanismo elege a propriedade individual como princípio primeiro do direito de propriedade. Poderíamos desenvolver um argumento paralelo a respeito das relações entre liberalismo e Estado nacional.

O que verificamos atualmente é algo que é derivado do liberalismo, mas que não estava previsto no seu projeto histórico. O que estamos presenciando é a corrosão do ideal liberal clássico a partir da corrosão daquilo que o liberalismo elegia como base moral primeira da sociedade humana, o indivíduo. Trata-se da transformação do indivíduo racional e ocultamente ético da modernidade em um indivíduo conformista e moralmente corrompido, que busca suprir a falta de uma utopia social que lhe dê sentido com a acumulação material egoísta e o consumismo ilimitado e irrefletido. No plano macro-social, o avanço das patologias morais e culturais fundadas no crescimento e consumos econômicos ilimitados está produzindo riscos sistêmicos significativos como os do esgotamento das fontes da vida, da desarticulação dos sistemas comunitários e associativos; da produção de miséria e violência no lugar da paz social, e da propagação de uma cultura de medo que contribui para aumentar a desumanização da sociedade contemporânea. Este individualismo que se expande pela destruição da vida social constitui patologias que surgiram com a decadência do liberalismo clássico – que pregava o culto à liberdade individual em primeiro lugar – e com a falência de modelos estatistas – que pregavam o culto à obrigação coletiva em primeiro lugar.

Nos últimos anos de sua vida, Cornelius Castoriadis, um dos mais importantes pensadores do século XX, em *Encruzilhada do labirinto 3*¹⁴, insistia muito sobre a relação entre o declínio da modernidade e o conformismo. Para ele, a racionalidade moderna estaria perdendo seu encanto na medida em que se convertia numa mera racionalidade instrumental e conformista. A perda do encantamento da razão moderna acompanharia a perda de sentido dos valores libertários modernos e a desvalorização da política. Assim, os indivíduos estariam perdendo de vista o valor da utopia e da luta por um mundo melhor, contentando-se com pequenos prazeres, como diria a Psicanálise. E quando estes pequenos prazeres se convertem em mania de consumo ou culto à submissão a regras não-reflexivas, então o conformismo se afirma na prática como patologia cultural. Ao lado da expansão do conformismo cultural vemos igualmente a expansão de outra patologia de caráter moral que tem a ver com a corrupção da personalidade humana. No fundo, esta patologia moral, a corrupção, se expande

¹⁴ CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto 3*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

também nos rastros do declínio do eurocentrismo e do fim das utopias da modernidade - a utopia liberal da sociedade do pleno emprego e a utopia marxista da sociedade comunista....

Flavia Lessa de Barros: Como essas patologias produzidas pelo neoliberalismo estariam envolvendo o sistema universitário e, mais especificamente, como afetariam as Ciências Sociais e a Sociologia?

Paulo Henrique Martins: O mais preocupante nessa discussão, como indiquei antes, é que a lógica utilitarista e produtivista está penetrando no sistema acadêmico e ameaçando todo o edifício das Ciências Sociais e da Sociologia. Obedecendo a esta lógica, os critérios de avaliação valorizam mais o reconhecimento acadêmico corporativista que o interesse do saber humanista para inspirar e orientar práticas sociais e culturais mais justas e igualitárias. Esta tendência ameaça jogar o edifício das Ciências Sociais modernas no abismo do fim da história moderna ocidental. Pois se a Sociologia não mais guarda seu compromisso com a discussão das normas sociais que fundam a vida coletiva, ela tende a aparecer mais como um dispositivo de reforço do corporativismo acadêmico que como ciência de interesse para a mudança social. O declínio da venda de livros de ciências sociais deveria ser considerado como um sintoma a ser apreciado sobre a perda de interesse do grande público pelas produções científicas na área. Porque se os pesquisadores não estão organicamente conectados com os sentidos das mudanças sociais, limitando-se a querelas intra-universitárias, fatalmente se forma uma lacuna entre produção teórica e produção prática da vida social.

Essa constatação preocupante gera um argumento a mais para nos agregarmos ao debate descolonial. Considerando que o ser humano não pode viver sem utopias, é imprescindível que busquemos na limpeza das cinzas da sociedade contemporânea os traços que nos levam a organizar outras utopias que valorizem a justiça plural e igualitária para todos os povos e sociedades. Renomados sociólogos contemporâneos

como Richard Sennet, Alain Caillé e Zigmunt Bauman, mencionados antes, aos quais não poderia deixar de acrescentar Axel Honneth, vêm trabalhando assiduamente na crítica ao amoralismo da vida social, criando, assim, as bases de uma importante Sociologia moral anti-utilitarista, a qual deve ser a base de uma reforma profunda das ciências humanas. Dos trabalhos dos dois últimos desses autores, invoco aqui a *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, de Honneth¹⁵, e a *Modernidade líquida* de Bauman¹⁶. No que se refere à Sociologia, tal reforma tem forte ancoragem nas teses sobre a experiência vivida no cotidiano e nas trocas interpessoais inspiradas no dom. Não é por coincidência que Sennet, Honneth e Bauman, por exemplo, referem-se a Mauss e ao dom.

Não podemos esquecer, para finalizar, que a utopia democrática não é um projeto que passa por fora da missão da Sociologia, mas por dentro desta. Pois a invenção da democracia é obra que exige a prática espontânea da associação, por um lado, mas também a construção de um pensamento reflexivo que se espelhe sobre as instituições sociais, políticas, jurídicas, culturais e econômicas de modo permanente e ampliado, por outro.

Flavia Lessa de Barros: Muito obrigada, Paulo Henrique, por iluminar tantas problemáticas importantes em curso com suas reflexões. Concluímos nossa entrevista com a perspectiva de podermos avançar no debate em torno de uma série de novas questões desafiadoras que você aponta para a agenda da Sociologia, e das Ciências Sociais em geral, em prol da abertura das fronteiras da América Latina. Com certeza, o Ceppac também contribuirá para esta agenda junto com a ALAS. Boa sorte e sucesso no XXVIII Congresso!

¹⁵ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. Editora 34, 2003.

¹⁶ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio: Ed. Zahar, 2001.